



MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A.

CNPJ 22.902.554/0001-17

Table with 4 main sections: Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, and Demonstração do Resultado Abrangente. Includes columns for 2022 and 2021.

Table titled 'Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido' showing changes in equity components like Capital Social, Reserva Legal, and Lucros acumulados.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Main body of financial notes starting with '1. Contexto operacional:' and '2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:'. Contains detailed accounting and operational information.

continuação

MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A.

CNPJ 22.902.554/0001-17

O intangível apresentado pela Mineração Morro do Ipê refere-se ao direito de exploração mineral de Tico-Tico e processamento dos finos de Ipê, adquiridos pela Companhia em conformidade com o descrito na nota explicativa do contexto operacional. O intangível é amortizado ao longo do período de operação da planta Ipê e exploração/operação de Tico-Tico levando em consideração o volume operado em cada exercício. Em 2022 a Companhia adquiriu três direitos minerários para futuras explorações, nos quais se encontram em processo final de pesquisa a ser apresentada à ANM (Agência Nacional de Mineração) até 02 de fevereiro de 2026. Após aprovação dos órgãos competentes a Companhia solicitará a LO (licença de operação) e prazo estabelecido para exploração. **Direitos Minerários:** Em 2022 foram arrendados pela Companhia através da 5ª rodada de disponibilidade de áreas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) seguintes direitos minerários: **Processo: 48054.832499/2022-31:** Localizado em Brumadinho, possui Alvará de Pesquisa nº 909 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a Companhia efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área. Titularidade: Mineração Morro do Ipê; Substância: Minério de ferro; Tamanho: 52,52 hectares. **Processo: 48054.832493/2022-64:** Localizado nos municípios de Conselheiro Lafaiete / Itaverava / Santana dos Montes, possui Alvará de Pesquisa nº. 908 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área. Titularidade: Mineração Morro do Ipê; Substância: Minério de ferro; Tamanho: 305,08 hectares. **Processo: 48054.832505/2022-51:** Localizado no município de Mariana, está na fase de requerimento de pesquisa. Titularidade: Mineração Morro do Ipê; Substância: Minério de ferro; Tamanho: 540,29 hectares. **Recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil definida:** A administração não identificou a existência de indicadores que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021. **10. Fornecedores**

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------|---------|--------|
| Fornecedores de materiais (*) | 118.040 | 16.658 |
| Fornecedores de serviços (**) | 20.615 | 1.054 |
| Provisão de fornecedores (**) | 38.663 | 25.434 |
| | 177.318 | 43.146 |

(*) Representado, principalmente, por fornecedores do projeto Tico-Tico; (**) Referente principalmente a transporte ferroviário e rodoviário. **11. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge - Debêntures emitidas:**

| | Passivo circulante | | Passivo não circulante | |
|---------------------|--------------------|---------|------------------------|------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Debêntures em reais | | | | |
| Principal | | 600.000 | | |
| Juros | 34.604 | | | |
| Custo de transação | (1.331) | (5.237) | | |
| | 33.273 | 594.763 | | |

O passivo circulante e não circulante refere-se à Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real. As debêntures foram emitidas em 15 de agosto de 2022 no valor total de R\$600mil (seiscentos mil reais). A totalidade dos recursos captados nesta emissão tem a finalidade de ser aplicado conforme a seguir: ao investimento na expansão da produção total de minério de ferro da MMI, incluindo a construção de nova usina de beneficiamento de minério de ferro denominada Tico-Tico, de modo a ampliar a capacidade total de produção da Emissora de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas por ano para aproximadamente 8,8 milhões de toneladas por ano no âmbito da exploração pela MMI, das concessões de lavra na região de Serra Azul, Estado de Minas Gerais, relativas às minas de Tico-Tico e Ipê; (ii) repagamento dos empréstimos contraiados junto aos acionistas diretos ou indiretos da MMI existentes em 5 de agosto de 2022, com valor de principal agregado de US\$ 25 milhões (R\$ 130.412.500,00 equivalentes em reais); e (iii) o que sobejar, para propósitos corporativos gerais, incluindo, sem limitação, reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

| Debênture | Indexador/ juros | Vencimento | Saldo em | |
|--------------------------|------------------------|------------|----------|------|
| | | | 2022 | 2021 |
| 2ª Emissão de debêntures | 100% DI + Spread 2,10% | 15/08/2027 | 634.604 | |
| Custos de transação | | | (6.568) | |
| | | | 628.036 | |

Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) debêntures não-conversíveis pelo valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) com vencimento em 5 anos a partir da data de emissão (15 de agosto de 2027). Estas debêntures têm prazo de carência de juros de 1 ano e de amortização de 18 meses a partir da data de emissão. A periodicidade de pagamento de juros e amortização é trimestral a partir do fim da carência, sendo a primeira parcela de juros devida em 15 de agosto de 2023 e de amortização em 15 de fevereiro de 2024. As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

| Ano de vencimento | 2022 | 2021 |
|---------------------|----------|------|
| Até 2 anos | 160.000 | |
| De 2 a 3 anos | 160.000 | |
| De 3 a 4 anos | 160.000 | |
| Acima de 4 anos | 120.000 | |
| Juros | 600.000 | |
| Custos de transação | (34.604) | |
| | (6.568) | |
| | 628.036 | |

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis. Face aos contratos de financiamentos, há obrigações financeiras e não financeiras assumidas que devem ser cumpridas. Dentre elas, podem ser destacadas: (a) utilização da estruturação waterfall de contas correntes; (b) após o período de carência de juros, composição de saldo mínimo em Conta Reserva em 1 vez o valor do próximo pagamento de serviço da dívida; (c) após 31 de dezembro de 2024, manutenção do covenant de índice de cobertura da dívida (DSCR) acima de 1,5; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais. Não há covenants a serem atendidos em 31 de dezembro de 2022. Os covenants deverão ser atendidos a partir de outubro de 2023, considerando as regras, prazo para cumprimento e períodos de medição de cada covenant individualmente. **Operações com derivativos:**

| | 2022 | 2021 |
|--|--------|------|
| Derivativos designados como instrumento de hedge | | |
| Swap de proteção cambial | | |
| Ativo circulante | 58.049 | |
| Ativo não circulante | 11.044 | |
| Total de operações com derivativos | 69.093 | |
| Passivo não circulante | 56.957 | |
| Posição passiva de hedge accounting | 12.136 | |

Alinhado a gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em julho de 2022 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo o fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. O instrumento de endividamento gerou uma exposição cambial em relação à moeda Reais e exposição ao indexador de juros CDI. Desta forma, na mesma data de assinatura da Escritura foi contratado também o swap com Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") com data de início programada para a mesma data de emissão das debêntures, isto é 15 de agosto de 2022. O instrumento, que é classificado como hedge de fluxo de caixa possui as seguintes características: (a) Ponta ativa da MMI ou Ponta passiva do banco; • Valor nominal: R\$600.000.000,00; • Indexador do fluxo de caixa dos juros: CDI + 2,10% ao ano; b) Ponta passiva da MMI ou Ponta ativa do banco; • Taxa de câmbio de conversão para dólares: R\$5,184; • Valor nominal: US\$115.798.818,85; • Indexador do fluxo de caixa dos juros: 6,73% ao ano. Assim, de modo efetivo, 100% do que a MMI tem a pagar aos debenturistas, ela irá receber do Bradesco pelo instrumento do swap. Por outro lado, passa a pagar ao Bradesco a estrutura denominada em dólares do instrumento de swap. Com a contratação do instrumento derivativo, a exposição cambial deixa de existir passando o valor total devido de principal e juros denominados em Reais para Dólares, que é a moeda funcional da MMI, e a exposição ao CDI também passa a ser nula já que a taxa de juros a pagar passa a ser fixa sem indexação a qualquer índice. A operação compartilha pari passu as garantias que as debêntures dispõem: alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis reais e de recebíveis da MMI. O instrumento é mensurado ao seu valor justo, com as variações reconhecidas em resultados abrangentes. O instrumento financeiro foi reconhecido pelo valor justo na data em que o contrato foi celebrado e é, subsequentemente, mensurado ao seu respectivo valor justo. Quando este for positivo, será registrado como ativo financeiro, e quando for negativo, passivo financeiro. O valor justo é composto pela soma dos fluxos de caixa projetados para as curvas ativas e passivas, descontados a valor presente. Para projeções foram utilizadas as curvas futuras de DI e de conversão de Dólares para Reais disponível na B3. Como contrapartida, até que as projeções se realizem, o valor justo integra o patrimônio líquido da Cia. Conforme disposto abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------------|------|-------|
| Reserva de hedge de fluxo de caixa | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | | 2.789 |
| Swap | | 2.789 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | | 2.789 |

Os montantes classificados no ativo circulante e não circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido possuem o seguinte cronograma projetado de pagamento:

| Ano de vencimento | 2022 | 2021 |
|-------------------|----------|------|
| 2023 | 58.049 | |
| 2024 | 11.044 | |
| 2025 | (7.815) | |
| 2026 | (23.472) | |
| 2027 | (25.671) | |
| Total | 12.136 | |

Já os valores provisionados em ambas as curvas até 31 de dezembro de 2022 serão reconhecidos como receita ou despesa. Uma vez que o instrumento é intrínseco ao Projeto Tico-Tico, as apropriações de derivativo serão capitalizadas no ativo imobilizado, até sua entrada em operação. As apropriações que não foram liquidadas entre as partes, são contabilizadas no passivo e no ativo.

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------|---------|--------|
| 12. Impostos a recolher | | |
| IRPJ e CSLL | 5.756 | 7.714 |
| ICMS | | 230 |
| ISS | 2.280 | 1.037 |
| CFEM | 5.873 | 1.860 |
| CIDE sobre importação | 913 | 961 |
| PIS e COFINS sobre importação | 843 | 2.599 |
| Outros | 1.524 | 1.518 |
| | 17.189 | 15.919 |
| Contas a receber | | |
| 2022 | 2021 | |
| Trafigura PTE | 235.534 | 67.033 |
| | 235.534 | 67.033 |

A parte relacionada Trafigura Pte é o principal cliente da Companhia correspondendo aproximadamente 83% do total das vendas em 31 de dezembro de 2022 (82% em 31 de dezembro de 2021). O montante a receber refere-se integralmente a exportação de minério de ferro, conforme preço da commodity definido em contrato, corrigido pelas flutuações de prêmio e penalidades da commodity entre o embarque e 60 dias após o embarque. Nesse sentido 75% do montante da venda é recebido na data do embarque com o valor corrigido por atualizações de preço de prêmio e penalidades entre a data de encerramento do exercício e a data de vencimento da fatura, de forma a registrar sua efetiva expectativa de recebimento dos saldos. Não há juros incidentes sobre contas a receber de clientes, pois os prazos para pagamentos são respeitados pelos clientes conforme estabelecidos em contratos de venda a preço futuro.

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------|---------|---------|
| Contas a pagar | | |
| 2022 | 2021 | |
| Porto Sudeste (a) | 94.384 | 97.553 |
| Trafigura PTE (b) | 42.861 | 39.392 |
| | 137.245 | 136.945 |

(a) Contratos de prestação de serviços portuários. (b) A Trafigura PTE efetua a venda externa e garante a venda do minério produzido pela MMI. Como contrapartida a MMI paga um percentual específico sobre as vendas efetuadas no mercado externo a título de agenciamento. A liquidação desse montante ocorrerá uma vez que o projeto Tico-Tico entrar em operação. **Remuneração do pessoal-chave:** A Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no montante de R\$3.405 (R\$3.401 em 31 de dezembro de 2021) referente-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pagos em 2022. **14. Provisão para descomissionamento de ativos:** A Companhia está sujeita a regulamentações, que prevêm a obrigação de descomissionar os ativos em que a Mineração Morro do Ipê opera ao término de sua vida útil. Estas obrigações são regulamentadas pela ANM no âmbito federal e por órgãos ambientais nos âmbitos estaduais. Dentre os requerimentos, os planos de descomissionamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia. Adicionalmente, a implementação de ações de uso futuro, após o término do descomissionamento, não está prevista em lei. Contudo, a Companhia está estudando uma governança que avalie possibilidades de uso futuro, tendo em vista as aptidões, a intenção de uso pós-operacional, desenvolvimento socioeconômico da comunidade e as características dos meios físico e biótico de cada localidade onde a Mineração Morro do Ipê opera. Eventuais compromissos futuros, se assumidos pela Companhia, poderão resultar em impacto material no valor da provisão. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente. O custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente. O total provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de 31.408.

| | 2022 | 2021 |
|--|--------|--------|
| 15. Obrigações com terceiros | | |
| Circulante | | |
| TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a) | | 4.612 |
| TCCF (Termo de Compromisso de Compensação Florestal) (b) | 22.511 | 22.511 |
| | 27.123 | 27.123 |
| Não Circulante | | |
| TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a) | 8.021 | 12.683 |
| TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) das curvas (c) | 3.864 | |
| TAC (Barragens B1, B1 auxiliar e B2 Ipê) (d) | 18.300 | 12.683 |
| | 45.423 | 39.906 |

(a) Refere-se a indenização e a adoção de medidas de controle e proteção das cavidades naturais subterrâneas propostas para compensação espeleológica em virtude dos danos causados às 53 cavidades naturais subterrâneas, localizadas na ADA da Mina Tico-Tico, nos municípios de Brumadinho, Itaperiá e São Joaquim de Bicas, conforme determina o Decreto Estadual nº 4704/2016. Valor será pago em 60 parcelas, restando, em 31 de dezembro de 2022, 33 parcelas. (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal que estabelece a medida compensatória de natureza florestal prevista nos arts. 17 e 32 da Lei Federal nº 11.428/2006 c/c arts. 26 e 27 do Decreto nº 6.660/2008, em decorrência da intervenção em vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica, conforme apurado nos autos do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, PA COPAM nº 37478/2016/031/2018, cujo parecer único de compensação Florestal - SUPPRI_02/2019, obteve a chancela e aprovação na 31ª Reunião Extraordinária da Câmara Temática de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas - CPB, realizada em 08/05/2019. Este montante reflete o valor dos terrenos que serão transferidos para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal, conforme descrito na Nota 7 (c) Refere-se a Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público em 3 de novembro de 2022 que visa a solução consensual do que restou apurado no Inquérito Civil nº 0301.19.000510-0 que ficou extinto e foi arquivado mediante a celebração do TAC, a título de compensação pelos danos ambientais em virtude das fortes chuvas de janeiro de 2022. (d) Refere-se a Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Estadual e Federal, FEAM e SEMAD em 24 de fevereiro de 2022 que visa a adoção de medidas para adequação da Ipê (Mina Ipê e Tico-Tico) que que dispõe a Lei Estadual nº 23.291/2019, mediante fixação de medidas necessárias para a descaracterização das barragens B1 Auxiliar - Mina Tico-Tico, B2 - Mina Tico-Tico e B1 - Mina Ipê, com a estipulação de formas para reparação e compensação por danos morais coletivos decorrentes dos descumprimentos do prazo legal para a descaracterização das estruturas.

| | 2022 | 2021 |
|---|-------|------|
| 16. Provisões para riscos | | |
| Causas trabalhistas | 257 | 139 |
| Causas de riscos civis | 1.765 | |
| Causas ambientais | 1.839 | 222 |
| | 3.861 | 361 |
| Provisionamento para o fechamento de mina e recuperação ambiental. Os requisitos e condições para o provisionamento do fechamento das minas de Ipê e Tico-Tico foram estabelecidos no Contrato de Arrendamento Mineralário firmado entre Mineração Morro do Ipê e a Companhia de Mineração Serra da Farola - CEFAR (detentora dos direitos minerários), que estabelece que os custos e despesas relativos ao Plano de Fechamento serão arcados pela Arrendatária e pela Arrendante proporcionalmente à contribuição de cada parte para exaustão das reservas contidas na poligonal dos Direitos Minerários, apenas após o início da lavra, o que ainda não ocorreu. Dessa maneira, a Administração entende que a área degradada atual não é de responsabilidade da Companhia. Ação Civil Pública nº 0086003-07-20178.13.0301. Em | | |

2017, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ingressou com Ação Civil Pública em face das empresas MMX Sudeste Mineração e Mineração Morro do Ipê com objetivo de obrigar as rés a realizar ações preventivas de estabilidade das barragens do complexo minerário operado pela Mineração Morro do Ipê. O valor atribuído a ação é de R\$1.000 e as chances de perda foram classificadas inicialmente pelo escritório de advocacia contratado para representar a Morro do Ipê como possível. No entanto, em 2018, após a Companhia comprovar através da apresentação de relatórios técnicos que as barragens têm grau de estabilidade atestado por consultor externo, foi celebrado acordo judicial com o MP para que a empresa cumprisse ações já previstas em legislação, mais especificamente como relação à elaboração do Plano de Ação de Emergência de Barragens (PAEBM). O acordo foi homologado em juízo e se encontra em pleno efeito, nenhuma multa indenizatória ou compensatória foi aplicada. O processo havia sido arquivado e as ações estabelecidas vinham sendo cumpridas tempestivamente. No entanto, em decorrência do acidente da barragem de Feijão, em 25 de janeiro de 2019, o Ministério Público ingressou com pedido de tutela de urgência nos autos da Ação Civil Pública objetivando a paralisação de qualquer atividade relacionada às barragens de rejeito da Companhia. Tal pedido foi acatado pelo juízo, sendo determinado que a Morro do Ipê realizasse nova auditoria em suas barragens, além da antecipação de todas as ações previstas no Termo de Acordo, sendo determinada audiência extraordinária em 08 de fevereiro de 2019. Não obstante, a Companhia requereu a reconsideração do juízo, apresentando laudos que comprovam a estabilidade das estruturas, além de informativo da ANM afirmando a não constatação de quaisquer instabilidades das estruturas que justificassem a paralisação da Companhia. Dessa forma, a juíza da ação, em consonância com o MPMG, emitiu os documentos apresentados, bem como autorizou a retomada das atividades da empresa unicamente em relação a barragem B1 Auxiliar (a qual foi para-lisada novamente após decisão do órgão ambiental que revogou Termo de Ajustamento de Conduta que permitia a operação da estrutura). Foi acordado, em comum acordo entre as partes, que a empresa realizaria o protocolo de novo relatório de auditoria por empresa terceira diferente daquela que até então havia prestado informações no processo judicial, bem como anteciparia as ações do termo firmado com o Ministério Público. A Morro do Ipê vem cumprindo tempestivamente os novos prazos estabelecidos em juízo. Em 2020 foram concluídas todas as etapas necessárias para a apresentação dos relatórios de estabilidade das barragens pela nova empresa de auditoria, todos os documentos foram apresentados em juízo, bem como foram fornecidos os devidos esclarecimentos solicitados pelo Ministério Público. Em 2021 o MP apresentou parecer sobre o cumprimento do Termo de Acordo e solicitou alguns esclarecimentos. Reiterou, também, pedidos liminares. Após manifestação da empresa em 24 de janeiro de 2022, o MP informou que os documentos apresentados seriam analisados e, caso necessário, seriam tomadas as providências cabíveis pelas vias próprias. Em 1 de fevereiro de 2022, foi determinado o arquivamento dos autos e em 5 de abril de 2022, os autos foram arquivados definitivamente. As questões tratadas na ACP referentes ao PAEBEM continuam em análise pelo MP fora dos autos da ação, o que não descarta a possibilidade do MP questionar tal cumprimento posteriormente, por meio de instrumento processual próprio (cumprimento de sentença relacionado à ACP). Em 11 de julho de 2022, foi ajuizado ação de cumprimento de sentença pelo MP, o qual, após as devidas providências pela Companhia, inclusive a celebração de Termo de Compromisso em 10 de agosto de 2022, foi definitivamente encerrado em 30 de novembro de 2022, mediante homologação judicial do acordo entabulado entre as partes. **17. Patrimônio líquido. Capital Social.** O conceito de capital social e investimento efetuado na companhia pelos acionistas e representado pelo Capital Social. Este abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisões dos proprietários, se incorporam ao Capital Social, representando uma espécie de renúncia a sua distribuição na forma de dinheiro ou de outros bens. Em 21 de dezembro de 2021, a Companhia realizou aumento de capital social para R\$51.635 dividido em 47.027.935 ações ordinárias nominativas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária. As ações ordinárias emitidas são de propriedade do Fundo de Investimentos Participações Ipê Mineração. Em 30 de março de 2022 e 27 de maio de 2022, a Companhia realizou aumentos de capital social totalizando R\$51.635 divididos em 47.027.935 ações ordinárias nominativas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária. As ações ordinárias emitidas são de propriedade do Fundo de Investimentos Participações Ipê Mineração. Em 1º de julho de 2022 a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária decidiu destinar para novo aumento de capital social o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2021, após constituição de reserva legal, para R\$88.706 perfazendo um capital social total de R\$490.732, dividido em 435.488.416 ações ordinárias nominativas. **Reserva Legal.** As reservas de capital representam acréscimos efetivos aos ativos da companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas ou de terceiros para o patrimônio líquido da companhia com o fim de propiciar recursos para o capital. Reserva Legal - tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. No exercício de 2021 a Companhia constituiu reserva legal de R\$4.669 calculada com base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até que se atinja 20% (vinte por cento) do capital social total vigente em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu nova reserva legal conforme determinação da Lei nº 6.404/76, aumentando-a em R\$9.090 perfazendo um total de reserva legal para R\$13.759. **Swap Perda/Ganho (Hedge de fluxo de caixa).** A Companhia contratou operações de hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado relacionado à sua dívida atribuída ao investimento em sua nova planta operacional, principalmente o risco cambial. A operação de hedge cobre grande parte da dívida em reais, e são utilizadas operações de swap e a termo para converter a dívida financeira em reais para dólares americanos, buscando fluxos semelhantes ao da dívida financeira de acordo com as condições de liquidez de mercado. Alinhado a gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em julho de 2022 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo o fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. **Ajustes de conversão.** Representados pelo registro contábil da variação cambial dos balanços elaborados na moeda funcional da Companhia (Dólar) registrados em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02. **Reserva de Lucros.** São reservas constituídas a partir das destinações do lucro líquido do exercício, por proposta dos órgãos da administração à assembleia de acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atendendo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A Companhia apurou em 31 de dezembro de 2022 R\$18.1795, de lucro líquido no exercício, dos quais R\$ 9.090 foram transferidos para reserva legal, R\$43.176 foi destinado a dividendos mínimos obrigatórios e R\$129.529 serão deliberados após Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no exercício de 2023, para aumento do capital social, sem a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------------|-----------|-----------|
| 18. Receita líquida | | |
| Receita bruta | 222.465 | 183.686 |
| Venda de minério mercado interno | 1.067.704 | 816.609 |
| Venda de minério mercado externo | 1.290.169 | 1.002.295 |
| Deduções da receita | | |
| PIS | (1.110) | (2.926) |
| COFINS | (3.215) | (13.474) |
| ICMS | (14.810) | (4.429) |
| | (19.135) | (20.829) |
| Receita líquida | 1.271.034 | 981.466 |

A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. Em alguns casos, o preço de venda para mercado externo é determinado provisoriamente na data da transação, ou seja, na data do embarque, sendo os ajustes subsequentes baseados nas variações dos preços cotados de mercado até a data da fixação do preço final.

| | 2022 | 2021 |
|---|-----------|-----------|
| 19. Custos dos produtos e serviços | | |
| Custos logísticos | (562.353) | (503.333) |
| Insumos | (35.409) | (15.106) |
| Pessoal | (47.739) | (32.285) |
| Depreciação e amortização | (6.856) | (6.997) |
| Energia elétrica | (7.060) | (5.255) |
| Royalties | (55.509) | (22.314) |
| Combustíveis | (5.783) | (15.597) |
| Serviços / Manutenção e reparos | (22.708) | (9.459) |
| Aluguel de veículos / equipamentos / imóveis | (77.189) | (49.859) |
| Taxas e contribuições sobre atividades minerárias | (47.946) | (32.662) |
| Provisão para perda de estoques | (9.654) | (10.740) |
| Outros | (4.456) | (1.633) |
| | (862.662) | (705.290) |

| | 2022 | 2021 |
|--|----------|----------|
| 20. Despesas gerais e administrativas | | |
| Pessoal | (24.398) | (20.622) |
| Serviços de terceiros | (15.942) | (11.942) |
| Depreciação e amortização | (905) | (1.179) |
| Aluguéis | (2.189) | (1.684) |
| Outras | (2.218) | (2.538) |
| | (45.652) | (37.965) |

| continuação | | MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----------|------------------------------------|--|----------|--|--|--|--------------|--|--|-----------|--|------|-----------|------|-------|--|--------|--------|----------|-----------|--|--------|--------|----------|-------|--|--------|---------|---------|
| | | CNPJ 22.902.554/0001-17 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ativos financeiros | 2022 | 2021 | No quadro abaixo pode ser verificado a análise de sensibilidade da marcação à mercado do swap. Para a simulação na curva de DI, foram consideradas alterações a partir de 2026, considerando que movimento paralelos na curva tem efeito zero. Para a simulação no Dólar futuro, a oscilação incidiu sobre toda a curva. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | Todas as ações e o fluxo de comunicação previsto no plano de emergência (PAEBM) foram tomadas de forma imediata junto às Defesas Cíveis de Brumadinho e Rio Manso, bem como Defesa Civil Estadual. Da mesma forma foi preparado um comunicado que foi entregue à comunidade local e, também foi dado retorno aos veículos de mídia. A caracterização da barragem B1 Ipê com suas condições de manutenção foi apresentada no Relatório de Inspeção de Segurança Regular (RISR) emitido no último semestre de 2022 com todas as conformidades requeridas apresentadas. Por outro lado, as condições de estabilidade, que levaram à alteração do Nível de Emergência, conforme relatadas acima, estão documentadas no Relatório de Avaliação Quinzenal de Performance Geotécnica, referente à 2ª quinzena de janeiro de 2023. Deve-se destacar ainda que o refinamento e aprofundamento dos estudos geotécnicos inerentes ao processo de descaracterização permitiu a reinterpretar o material classificado como "rejeito antigo" presente na fundação da barragem B1-IPÊ. Com isso, o material que era analisado com caráter dilatante, passou a ser caracterizado como contrátil, de forma que, as análises de estabilidade que eram originalmente feitas sob condições drenadas passaram a ser analisadas sob condições não drenadas. Neste contexto, a análise de apenas uma seção (crítica B-B'), relativa à condição não drenada de pico, apresentou fator de segurança (1,22) abaixo do mínimo exigido por norma e legislações vigentes (1,30) na última quinzena de Janeiro de 2023. Dessa forma, de acordo com o artigo 41 da Resolução | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e bancos (nível 2) | 957 | 686 | 95/2022, a estrutura foi elevada a Nível de Emergência 1 (NE1). Como remediação foram executadas obras de reforço de enrocamento, que induz a retomada do Fator de Segurança mínimo necessário às condições prévias vigentes, e poços de bombeamento de água, que induzem a redução do nível de água na fundação e permitem o início das operações de descaracterização da estrutura nos próximos meses de 2023 de forma segura. As obras de reforço foram concluídas no dia 15 de Março de 2023, com a apresentação de relatório à ANM que, após análise, retirou a estrutura do Nível de Emergência e voltou para o nível 0 (zero) de alerta com a comprovação do Fator de Segurança de todas as seções da barragem. No dia 28 de Março de 2023 foi realizada reunião final com as autoridades, comunicando o fim da situação de emergência. Contingências: No início de março de 2023, a Companhia recebeu quatro autos de infração ambiental submetidos pela secretaria municipal de meio ambiente de Brumadinho - MG, os autos distribuídos se tratam de eventual lançamento de resíduos sólidos em área rural provenientes de sua atuação de mineração e supressão de vegetação. Todos os autos estão relacionados a impactos ambientais e o montante das infrações totalizam cerca de R\$ 3.600. Os Autos ainda se encontram em processos iniciais (apresentaremos defesa) com perda definida inicialmente como possível. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras (nível 2) | 326.814 | 141.384 | <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2" style="text-align: center;">Dólar Futuro</th> <th></th> </tr> <tr> <th style="text-align: left;">DI Futuro</th> <th></th> <th style="text-align: center;">-10%</th> <th style="text-align: center;">A Mercado</th> <th style="text-align: center;">+10%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>+ 10%</td> <td></td> <td style="text-align: right;">97.826</td> <td style="text-align: right;">34.796</td> <td style="text-align: right;">- 28.235</td> </tr> <tr> <td>A Mercado</td> <td></td> <td style="text-align: right;">77.459</td> <td style="text-align: right;">12.136</td> <td style="text-align: right;">- 53.186</td> </tr> <tr> <td>- 10%</td> <td></td> <td style="text-align: right;">52.565</td> <td style="text-align: right;">-15.558</td> <td style="text-align: right;">-83.682</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | Dólar Futuro | | | DI Futuro | | -10% | A Mercado | +10% | + 10% | | 97.826 | 34.796 | - 28.235 | A Mercado | | 77.459 | 12.136 | - 53.186 | - 10% | | 52.565 | -15.558 | -83.682 |
| | | Dólar Futuro | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DI Futuro | | -10% | A Mercado | +10% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| + 10% | | 97.826 | 34.796 | - 28.235 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A Mercado | | 77.459 | 12.136 | - 53.186 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - 10% | | 52.565 | -15.558 | -83.682 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor justo por meio de resultados abrangentes | 327.771 | 142.070 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Operações com derivativos (nível 2) | 69.093 | - | 25. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2022, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$70.000, cobertura de responsabilidade civil geral de R\$40.000 e D&O no valor de R\$65.000. No âmbito do projeto Tico-Tico, cobertura de Riscos de Engenharia de R\$ 591.013, Responsabilidade Civil para obras de R\$ 50.000 e R\$68.650 para transportes. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo amortizado | 69.093 | - | 26. Eventos subsequentes: Em 15 de Fevereiro de 2023 foi detectado pela Companhia que uma das seções da barragem B1 Ipê não havia atingido o fator de segurança previsto pela legislação, para a condição não drenada de pico. Imediatamente a Companhia carregou essa informação nos sistemas da Agência Nacional de Mineração – ANM, o que ocasionou na elevação do nível da estrutura para Nível 1 de Emergência, em uma escala de 0 a 3. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 12.041 | 1.536 | nação e qualificação do instrumento como hedge de fluxo de caixa, bem como análise das definições dos modelos de avaliação do valor justo; (iii) confirmação externa dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2022; (iv) adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, verificamos a razoabilidade do método aplicado para cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos, bem como testamos a efetividade do hedge e o cálculo de valorização. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e na aplicação da contabilidade de hedge estão consistentes com os dados e informações obtidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contas a receber de clientes - parte relacionada | 235.534 | 67.033 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Passivos financeiros | 247.575 | 68.569 | Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras. A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração da Companhia. Se concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-2SP015.199/O. Leonardo Araújo Ferreira - Contador CRC-1RJ 116.384/O. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor justo por meio de resultados abrangentes | 56.957 | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Operações com derivativos (nível 2) | 56.957 | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo amortizado | 177.318 | 43.146 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedor | 628.036 | 136.745 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimo | 137.245 | 76.831 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Partes relacionadas | 76.831 | 39.806 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Demais contas a pagar | 1.019.430 | 219.697 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Diretores e aos Acionistas da Mineração Morro do Ipê S.A., Brumadinho, MG. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Morro do Ipê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria. Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Provisão para descomissionamento de ativos. Conforme divulgado na nota explicativa 14, como parte de suas operações, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de moeda estrangeira. Devido à relevância da provisão para descomissionamento de ativos e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria. A provisão para descomissionamento de ativos corresponde a R\$31.406 mil em 31 de dezembro de 2022. Como a auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção de entendimento do processo e premissas utilizadas pela Companhia para mensuração da provisão para descomissionamento de ativos, incluindo o custo base das áreas a serem abandonadas, premissas macroeconômicas que foram consideradas no modelo de fluxo de caixa projetado relacionadas a taxas de inflação, para mensuração da taxa de desconto e a vida útil da mina, além da revisão da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas a serem abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando verificar os custos previstos no plano de abandono aprovado; (ii) utilização de especialistas ambientais e de sustentabilidade para avaliar a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas na preparação das estimativas; e (iii) efetuamos a avaliação da adequação da divulgação nas demonstrações financeiras com relação à provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Instrumentos financeiros de proteção cambial – hedge accounting. Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo para mitigar a sua exposição ao risco cambial, que está relacionada à emissão de debêntures no montante de R\$600.000 mil em agosto de 2022 com a finalidade de investir em sua nova planta operacional. A contratação de instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros (swaps) são designados para a contabilidade de proteção (hedge de fluxo de caixa) com o objetivo de contrapor a exposição da Companhia a exposição de risco cambial. A Companhia registrou um impacto de R\$ 12.136 mil referente a marcação a mercado do swap registrado em 31 de dezembro de 2022. Devido à relevância do instrumento financeiro protegido e os possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria. Como a auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho dos controles para identificação, mensuração, registro e divulgação de instrumentos financeiros de proteção cambial; (ii) inspeção dos principais documentos da administração que suportam a desig-</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Marcos Antônio Coelho
Contador - CRC-MG 102832/O.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/AE7F-96B4-3F69-B9A4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AE7F-96B4-3F69-B9A4



Hash do Documento

XKYHeRq5MObzjhaO4Vod60OQFR0J7tRLpXTAAeOWkAE=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/04/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 24/04/2023 22:19 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

